



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141469 - MG (2021/0013544-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : LUIZ CARLOS MOREIRA BARBOSA (PRESO)
ADVOGADA : FERNANDA DRUMMOND ALVES DINIZ - MG118328
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ CARLOS MOREIRA BARBOSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.565516-0/000).

O recorrente, preso desde 25/10/2020, por prisão em flagrante convertida em preventiva, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Sustenta o insurgente inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura, com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os fundamentos que motivaram a manutenção da prisão do recorrente, mostram-se *a priori* concretos, especialmente "*considerando que o paciente foi preso com grande quantidade de entorpecente*" (fls. 87-88).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência